



OBAMA E O AGRONEGÓCIO

Geraldo Barros

Professor titular da Esalq/USP; Coordenador científico do Cepea
cepea@esalq.usp.br

*Artigo publicado em
O Estado de S. Paulo de 13/04/09;
Caderno B – Pág. 2*

“*Change: yes we can!*” repetiu à exaustão Barack Obama durante sua longa campanha eleitoral, enquanto a crise financeira se agravava. Impressionou que o novo presidente tenha começado à plena carga, com grandes mudanças simultâneas numa lista enorme de questões internas e externas, que levariam quase com certeza a um estouro sem precedentes das contas públicas. A partir daí seguiram-se novas surpresas, quase que diariamente.

Parece estonteante que Obama tenha ousado apresentar uma proposta orçamentária que seria consistente somente se abusássemos de nosso otimismo. O déficit fiscal de 2009 foi estimado em mais de US\$ 1,7 trilhão, sete vezes o déficit anual dos últimos anos. Mas o presidente comprometeu-se a reduzi-lo a um terço nos próximos quatro anos. Algumas pistas são fornecidas para alcançar tal proeza. Uma delas é economizar recursos pondo um fim na Guerra no Iraque! Mas outra, que depende muito menos da posição voluntariosa do novo presidente, é recolocar a economia americana em movimento (para frente!) já em 2010, com uma taxa anual de 3,2%, e de 4% daí em diante.

Em meio a mais um belo e entusiasmante discurso, no congresso, Obama surpreendeu com mais uma mudança, aparentemente menor, ao incluir, entre as formas de economizar e corrigir injustiças no uso de recursos públicos, um corte de dez bilhões de dólares na ajuda dada às grandes empresas do *agribusiness*. Referia-se ele aos chamados pagamentos diretos feitos aos produtores rurais que faturam mais do que quinhentos mil dólares por ano, que representam 3% dos produtores, cerca de 60 a 80 mil produtores, principalmente de grãos e algodão, localizados especialmente nos estados de Iowa, Illinois e Texas. São pagamentos feitos pelo governo com base em parâmetros agrícolas históricos e que, em tese, não influenciariam o volume produzido, uma vez que não levam em conta as condições correntes de mercado.

Duas questões podem ser realçadas no tocante a essa medida. O que ela representa no conjunto dos subsídios dados aos produtores rurais americanos? Quais as chances de ela ser aprovada no parlamento?

A proposta concreta é cortar em dez bilhões de dólares tais pagamentos num prazo de dez anos, ou cerca de um bilhão por ano. Esse programa de pagamentos diretos é parte de um conjunto de variada natureza que totalizou US\$ 7,5 bilhões em 2008, um ano que demandou menos subsídios por causa dos bons preços. Em 2005, por exemplo, foram gastos US\$16,4 bilhões nesses programas todos. Não se trata, portanto, de um corte



expressivo nas despesas e, menos ainda, de um desmonte da estrutura de apoio aos produtores rurais. Longe disso. Apenas os produtores muito grandes estão perdendo parte da ajuda do governo. Mas quase nada se altera na distribuição da ajuda aos produtores rurais: atualmente 1% desses produtores é aquinhado com 17% da ajuda, enquanto, na outra ponta, 80% dos produtores ficam com apenas 16%.

Não se trata de medida de efeitos desprezíveis, no entanto. A cúpula do *agribusiness* sofre um revés inédito. Mais importante: abre-se o precedente de reduzir o apoio aos produtores rurais, um tabu até aqui. Os ativos dos produtores americanos acham-se inflados devido à certeza da ajuda pública; assim, uma desvalorização desses ativos, entre os quais a terra (passaporte para os pagamentos diretos) não está fora de cogitação. Tem havido um efeito “bola de neve”: mais ajuda valoriza a terra, que aumenta os custos totais, justificando mais ajuda. A quebra dessa cadeia leva a uma perda patrimonial à agricultura americana, com conseqüências sobre sua capacidade de levantar empréstimos e financiamento.

Qual a implicação para a Organização Mundial de Comércio? Formalmente nenhuma, pois os chamados pagamentos diretos são tidos como inócuos - do ponto de vista da produção e do comércio - por não os distorcerem. Em geral, Obama tem pendido mais para a manutenção ou reforço da atual estratégia protecionista, como, aliás, ficou evidenciado no componente nacionalista – sob o emblema do *buy american* – do programa de investimentos em infraestrutura.

E quanto à probabilidade de que o corte na ajuda aos produtores rurais venha a se consumir? Pode ser que Obama esteja se valendo da ameaça de prejudicar os agricultores – que têm forte apoio de democratas e especialmente republicanos, e também de grande parte da sociedade – para refrear o repúdio a seu plano macroeconômico, que a maior parte da opinião pública julga beneficiar indevidamente os banqueiros.

A propósito, a escolha de Tom Vilsack para o Departamento de Agricultura (USDA), reforçava a expectativa de que a administração Obama vai apoiar os produtores agropecuários, inclusive com subsídios. Vilsack é do estado de Iowa, o maior produtor de etanol de milho, com 25%, dos EUA. Embora o USDA esteja ligado ao programa de etanol, o Departamento de Energia desempenha papel de maior relevância. Para esse departamento, porém, Obama escolheu Steven Chu, físico ganhador do prêmio Nobel, que favorece a energia nuclear e já criticou a alternativa do etanol de milho, preocupado com o impacto sobre os alimentos. Essas duas iniciativas parecem conflituosas; mas, de qualquer forma, Obama tem um forte compromisso com Iowa e seu estado de Illinois e dificilmente deixará de apoiar o etanol de milho. Mesmo porque Obama tem em alta conta a independência energética. Pelas mesmas razões, não se pode esperar uma ação mais profunda na direção da liberalização comercial, o que demandaria reduzir toda sorte de barreiras e subsídios. Mas tais instrumentos, objetos de disputas na OMC, beneficiam produtores de forma generalizada, inclusive aquela metade que não é contemplada com os pagamentos diretos. A menos, é claro, que Obama ainda tenha muito mais a tirar de sua “caixinha de surpresas”, digo, “caixinha de mudanças”.